

**PARECER JURÍDICO Nº 282/2021**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº  
012/2021, DE AUTORIA DO VEREADOR JOSEMIR  
SANTOS SILVA, QUE CONCEDE TÍTULO DE  
CIDADÃO HONORÁRIO**

**Interessado: DIRETORIA LEGISLATIVA**

**I – Relatório:**

O objeto da presente análise é o Projeto de Decreto Legislativo nº 012/2021, de autoria do vereador Josemir Santos Silva, que “Concede o título de cidadão honorário ao Sr. Prefeito Darci José Lermen, pelos relevantes serviços prestados ao município de Parauapebas”. A proposição veio acompanhada da respectiva justificativa.

O processo está regularmente autuado e desenvolvido em ordem cronológica. Certidão da Diretoria Legislativa atesta o cumprimento das disposições do artigo 196 do Regimento Interno.

A proposição foi lida na sessão plenária ordinária do dia 23 de novembro de 2021, estando submetida ao regime ordinário de tramitação e, de conformidade com o rito regimental, veio para parecer prévio, a teor do que determina o artigo 241, parágrafo 1º, do Regimento Interno.

É o relatório.

**II – Análise Jurídica:**

**II.1 – Da Forma:**

Como dito, o Projeto de Decreto Legislativo em análise busca conceder honraria ao Prefeito Municipal, Darci José Lermen, como forma de reconhecimento da sociedade parauapebense ao homenageado, em virtude dos relevantes serviços prestados a este município.

No que toca à competência para legislar sobre a matéria, é indene de dúvidas que o objeto da proposição compõe o rol da competência legislativa municipal, na medida em que homenagear determinada pessoa por sua contribuição com o município indubitavelmente representa assunto de exclusivo interesse local, se conformando à competência legislativa insculpida no artigo 8º, inciso I, da Lei Orgânica Municipal<sup>1</sup>.

Quanto à iniciativa da proposição, exsurge que seu exercício é reservado aos membros do Poder Legislativo, a teor do que disciplina o artigo 13, inciso XVII, da Lei Orgânica Municipal<sup>2</sup>, podendo a proposta partir de qualquer vereador, conforme dispõe o artigo 284, *caput*, do Regimento Interno<sup>3</sup> desta Casa.

Ultrapassado o ponto, há que se observar que o projeto de decreto legislativo é a proposição hábil à pretensão do autor, conclusão a que se chega através da interpretação conjunta do citado artigo 13, inciso XVII, da LOM com o artigo 227, parágrafo 1º, alínea ‘c’, do Regimento Interno, devendo ser acompanhado de circunstanciada biografia da pessoa que se deseja homenagear (art. 284, *caput*, RI), o que se vislumbra atendido na justificativa anexa à proposta.

Também se observa que o limite numérico de projetos desta natureza, pelo vereador proponente, não ultrapassou o teto disposto no artigo 285, parágrafo único, do Regimento Interno<sup>4</sup>.

Por fim, quanto à forma escrita da proposição, anoto que, em linhas gerais, esta se desenvolveu em consonância com as prescrições da Lei Complementar nº 95/1998, que dispõe normas sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação de leis e outros atos normativos, inexistindo, portanto, óbice formal à sua apreciação pelo Plenário desta Casa. Haverá tão somente a necessidade de alteração da cláusula de promulgação, dissonante do texto padrão ditado no artigo

<sup>1</sup> Art. 8º Ao Município de Parauapebas compete prover tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse e ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe privativamente as seguintes atribuições:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

<sup>2</sup> Art. 13 Compete privativamente à Câmara Municipal:

(...)

XVII – conceder título de cidadão honorário ou qualquer outra honraria ou homenagem à pessoa que reconhecidamente tenha prestado relevantes serviços ao município, mediante decreto legislativo aprovado pelo voto de, no mínimo, 2/3 (dois terços) de seus membros;

<sup>3</sup> Art. 284 O projeto de concessão de título honorífico deverá ser subscrito por qualquer membro da Câmara e, observadas as demais formalidades regimentais, deverá vir acompanhado, como requisito essencial, de circunstanciada biografia da pessoa que se deseja homenagear.

<sup>4</sup> Art. 285 (...)

Parágrafo único. Cada vereador poderá propor, por ano, no máximo 05 (cinco) projetos de concessão de honraria.



ESTADO DO PARÁ  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS  
PROCURADORIA GERAL LEGISLATIVA  
PARECER INTERNO Nº 069/2021

266, parágrafo único, inciso IV, do Regimento Interno desta Casa, o que pode ser corrigido por ocasião da redação final da proposição, a teor do artigo 262, parágrafo 2º, do mesmo diploma.

**II.2 – Da Matéria:**

Como dito alhures, a proposição em análise cuida de conceder ao Prefeito Municipal o título de cidadão honorário, em virtude de sua trajetória de vida e política no município de Parauapebas, segundo relata o autor da proposta em sua justificativa.

Importa dizer, a concessão da honraria em referência e de qualquer outra de mesma natureza por parte dos membros do Poder Legislativo, é matéria cujo mérito, ou seja, cuja atestação de dignidade e merecimento do potencial homenageado, compete aos agentes políticos que propõem e apreciam o pleito, não havendo, do ponto de vista material, qualquer óbice à aprovação da proposta.

**III – Conclusão:**

À vista de todo o exposto, esta Procuradoria **ENTENDE, CONCLUI e OPINA** pela legalidade e constitucionalidade do Projeto de Decreto Legislativo nº 012/2021, de autoria do vereador Josemir Santos Silva, que “Concede o título de cidadão honorário ao Sr. Prefeito Darci José Lermen, pelos relevantes serviços prestados ao município de Parauapebas”.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Parauapebas/PA, 24 de novembro de 2021.

**ALANE PAULA ARAÚJO**  
**Procuradora Geral Legislativa**  
**Portaria nº 007/2021**